NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 13/Jul

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2004| 2018

Ministério Público diz que GP descumpre deliberadamente Convenção Coletiva dos vigilantes de SP

Depois que o Sindicato dos Vigilantes de Barueri ingressou na Justiça com um processo contra a GP – Guarda Patrimonial De São Paulo, alegando que a empresa não estaria depositando o FGTS dos vigilantes e nem homologando as demissões no sindicato, o Ministério Público do Trabalho, por meio da Procuradoria do Trabalho (PRT-SP), citou outras irregularidades na atuação da empresa. Por isso, solicitou ao juiz responsável pelo caso que a GP também seja proibida de determinar que os empregados fiquem em casa para depois alegar abandono de emprego e assim justificar justa causa.

De acordo com o MP, a empresa deliberadamente descumpre o dispositivo da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria. "Há provas incontestes tanto do não recolhimento em dia do FGTS como da utilização indevida da justa causa", explica a procuradoria. As provas juntadas pelo sindicato comprovam a ilegalidade cometida pela empresa.

Em função dos apontamentos, pediu ainda que, quando for dada a sentença, que a GP publique-a em três jornais de circulação estadual para que todos os interessados tomem ciência, além de entregar a todos seus empregados cópia da decisão do processo, para que tomem conhecimento.

Sobre os apontamentos feitos pelo Ministério Público à Justiça, o Sindicato dos Vigilantes de Barueri diz que são pertinentes porque, além de não permitir que os trabalhadores sejam demitidos por justa causa sem merecimento, ainda possibilita que irregularidades da empresa sejam expostas, possibilitando assim que recorram à Justiça caso seja necessário.

"Muitas empresas terceirizadas se aproveitam do fato de haver mais mão-de-obra do que oferta de trabalho para agir de maneira danosa contra o trabalhador, negando-lhe aquilo que é de direito", destaca o presidente do Sindicato, Amaro Pereira da Silva. Para ele, esse é um dos motivos pelos quais os vigilantes devem prezar pela Convenção Coletiva. "É a única barreira entre o trabalhador e a retirada de direitos", continua.

Já o advogado Eduardo Eduardo Antonio Bossolan, da Crivelli Advogados Associados, e responsável pelo caso, esclarece que os apontamentos do Ministério Público colaboram com a ideia do Sindicato para que se respeite a Convenção Coletiva de Trabalho e os direitos dos vigilantes. "Ou a empresa se adequa às regras ou terá que se ver com a Justiça", finaliza.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Barueri

Diretor do Sindicato dos Bancários de Feira de Santana/BA diz que cliente tentou agredir funcionária antes da ação dos seguranças

O diretor de comunicação do sindicato dos bancários ainda cobrou providências por parte dos órgãos fiscalizadores

Diretor de comunicação do Sindicato dos Bancários, Edmilson Cerqueira

Após um cliente do Banco do Brasil denunciar um segurança da agência bancária localizada na Avenida Getúlio Vargas, em Feira de Santana, por agressão, o diretor de comunicação do Sindicato dos Bancários de Feira de Santana, Edmilson Cerqueira, se pronunciou sobre o caso e afirmou que o cliente Claudio Carneiro tentou agredir fisicamente uma funcionária do banco.

Segundo Edmilson, a funcionária entrou em contato com o sindicato relatando a situação e pedindo apoio, após sofrer agressões verbais e tentativa de agressão física por parte do cliente. Ele informou ainda que a funcionária já prestou queixa na delegacia.

"Segundo ela, se não fosse a interferência do segurança que conteve o cliente, poderia ter ocorrido de fato a agressão. Ela disse que também prestou queixa e achamos que o funcionário não tem culpa pela demora no atendimento", defendeu.

De acordo com Edmilson Cerqueira, em Feira de Santana, o Banco do Brasil reduziu 16 caixas, fechou a agência da JJ Seabra, reduziu o atendimento na agência da Maria Quitéria e na Getúlio, onde o fato ocorreu. Tem poucos caixas atendendo. Ele afirma que o cliente tem razão em reclamar, mas que deve fazer isso da maneira correta.

"A cada dia que passa os bancários têm metas a serem cumpridas e o banco não investe, pelo contrário. Estão fechando agências, com plano de demissões voluntárias. Todas as agências que tiveram caixas explodidos, em cidades próximas a Feira, não foram reabertas e esses clientes vêm para Feira de Santana. Como é que tem um aumento de demanda com a redução de funcionários? Isso revolta o cliente, mas ele não pode tentar agredir um funcionário. Temos relatos de funcionários que já receberam tapas no rosto. O cliente tem razão em reclamar pela demora, mas tem que reclamar com a direção do banco, com o Procon", destacou.

O diretor de comunicação do sindicato dos bancários ainda cobrou providências por parte dos órgãos fiscalizadores com relação ao atendimento nas agências bancárias de Feira de Santana.

"O que é que o Procon faz com relação aos descumprimentos dos bancos? O que é que o Ministério Público fez quando os bancos em Feira reduziram uma hora de atendimento ao público? Os funcionários não têm culpa dos maus-tratos à população, inclusive os próprios bancários são sobrecarregados", afirmou.

Fonte: Acorda Cidade

Meliantes tentam explodir caixa eletrônico em Administração do Distrito Federal

Na Madrugada desta quinta-feira, 12/07, dois meliantes renderam os vigilantes da Administração do Riacho Fundo II com o objetivo de explodir o caixa eletrônico instalado no local.

Depois de várias tentativas, os bandidos acabaram fugindo do local, deixando os explosivos para trás. Quando a polícia chegou, ficou alarmada com a quantidade de explosivos, que seria suficiente para abalar toda a estrutura do prédio e as vizinhanças, caso fossem detonados. Felizmente, os meliantes eram amadores e nada entendiam de explosivo, conforme afirmou o major da PM Michello, que temeu por uma grande tragédia.

Os vigilantes que prestam serviço no local ficam do lado de fora, não tem guarita e o prédio possui três entradas e apenas dois vigilantes para tomar conta, são protegidos apenas por um alambrado, ficam totalmente expostos à ação dos bandidos.

O Sindicato dos Vigilantes do DF, além de comparecer ao local e prestar todo apoio aos vigilantes, está cobrando melhores condições de trabalho e todas as providências cabíveis junto aos órgãos competentes para que os vigilantes tenham mais segurança em seus postos de trabalho.

Até o momento, os bandidos não foram identificados e o caso é investigado pela 29ª Delegacia de Polícia, no Riacho Fundo e pela Coordenação Especial de Combate à Corrupção (Cecor).

Fonte: Sindesv/DF

URGENTE: TRABALHADORES DA ZORYA/IGP DEVEM APRESENTAR CARTEIRA DE TRABALHO NO SINDICATO DE POA

Os vigilantes da Zorya Segurança e Vigilância Patrimonial que prestavam serviço para o Estado no posto do IGP devem comparecer com a máxima urgência no Departamento Jurídico do Sindivigilantes do Sul e apresentar a sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Em mais uma vitória da nossa assessoria jurídica, nesta terça-feira (10), o juiz do Trabalho Substituto, Vinicius Daniel Petry, determinou o bloqueio dos créditos existentes da empresa junto ao Estado. Também autorizou que seja dada baixa na Carteira de Trabalho dos vigilantes.

Por isso é urgente que os trabalhadores tragam suas carteiras no sindicato, para que também sejam liberados os alvarás do Fundo de Garantia e do Seguro Desemprego.

Quanto aos valores a receber pelos vigilantes,

eles ainda não foram liberados pelo juiz. Isso deve acontecer, segundo o despacho, quando ocorrer decisão definitiva, sem mais recursos para a empresa.

Cota de Solidariedade Sindical

Essa é mais uma ação coletiva daquelas em que sócios e não sócios são beneficiados por uma ação judicial do sindicato. Como já dissemos, todos se beneficiam, de uma forma ou de outra, do sindicato.

Mas o sindicato não pode trabalhar de graça, tem muitos custos para se manter, com funcionários, equipamentos, assessoria jurídica, manutenção da sede, colônia de férias, e várias outras despesas.

Por isso é importante que todos contribuam com alguma coisa para a manutenção da entidade, se associando ou pagando a Cota de Solidariedade Sindical, pelo menos. Cota que sai R$ 20,68 apenas.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

MTE suspende procedimento de registro sindical

Caio Vieira Mello assumiu cargo depois do ministro Helton Yomura ser afastado por ser alvo de operação da PF que investiga fraudes na pasta

Caio Vieira Mello, ministro do trabalho

O novo ministro do Trabalho, Caio Vieira de Mello, suspendeu todos os procedimentos de análise e as publicações relativas a processo de registro sindical na pasta pelo prazo de 90 dias. A medida não atinge processos que devem ser cumpridos por determinação judicial.

No dia da posse, o novo ministro sinalizou que faria mudanças na pasta depois das investigações realizadas pela PF. Questionado por jornalistas se poderia fazer uma "limpa" no Ministério, Mello respondeu com outra pergunta: "A senhora não faria?". "O que for necessário, será feito", afirmou ele, acrescentando que vai "fazer um exame apurado de todas as situações".

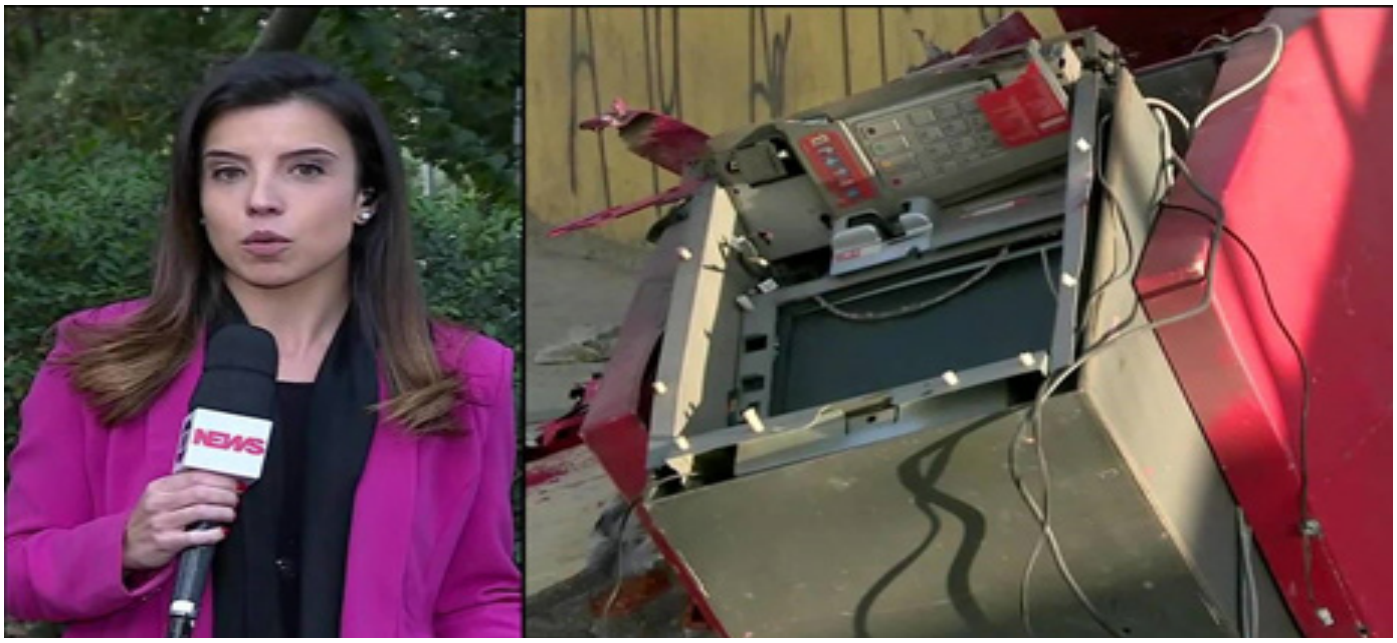
No mês passado, a Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério já havia determinado a suspensão, pelo prazo de 90 dias, da emissão de mais de 180 certidões sindicais, também com o objetivo de apurar possíveis irregularidades.

A Operação Registro Espúrio, que obrigou o Ministério do Trabalho a fazer esse pente-fino nos processos, foi deflagrada no fim de maio. Além de Yomura, também são alvo da operação, em diferentes fases, o ex-deputado e presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, pivô do escândalo do mensalão do PT, e os deputados Jovair Arantes (PTB), Paulinho da Força (Solidariedade), Wilson Filho (PTB) e Nelson Marquezelli (PTB). A deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ), filha de Jefferson, também é investigada na ação da PF.

Fonte: R7

Ataques a bancos e a caixas eletrônicos com explosivos crescem 71% no Estado de SP em 2018

Foram 17 casos a mais no primeiro trimestre deste ano em comparação com o mesmo período de 2017, segundo dados da Secretaria da Segurança Pública



O número de ataques a bancos e a caixas eletrônicos com explosivos no Estado de São Paulo cresceu 71% no primeiro trimestre deste ano em comparação ao mesmo período de 2017, segundo apontam dados exclusivos do Centro Integrado de Inteligência da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (CIISP). Houve um salto de 24 para 41 casos no período.

O aumento dos ataques com explosivos neste ano reverte uma tendência que existia de queda desse tipo de crime no Estado, como indicam os dados oficiais. No primeiro trimestre de 2015, quando o CIISP começou a tabular essas ocorrências, o Estado de São Paulo registrou 83 casos. Ao longo dos três primeiros meses de 2016, houve 32 ocorrências, o que representa uma queda de 61% em um ano.

Número de ocorrências ano a ano

- 1º trimestre de 2015 - 83
- 1º trimestre de 2016 - 32
- 1º trimestre de 2017 - 24
- 1º trimestre de 2018 - 41

Entre janeiro de 2015 e março de 2018, o CIISP registrou 545 ataques a bancos e a caixas eletrônicos no Estado. A estatística abrange todo tipo de ataque a agências bancárias e a terminais de autoatendimento instalados fora dos bancos, em locais como supermercados, shopping centers e postos de gasolina, por exemplo.

Ainda de acordo com os dados, desse total, mais de 90% dos casos ocorreram durante a madrugada, entre a meia-noite e as 6h, e 83% aconteceram fora da cidade de São Paulo.

A Secretaria da Segurança Pública informou, por meio de nota, "que as ações desenvolvidas pelas polícias paulista resultaram na estabilização dos ataques a caixas eletrônicos em Guarulhos.

De janeiro a maio deste ano houve apenas um caso, mesmo número registrado no mesmo período de 2017. No Estado, em maio, houve redução de 20% das ocorrências. A redução é

observada continuamente nos últimos anos e chega a 89,4% quando comparada com 2013.

O policiamento ostensivo e preventivo é desenvolvido obedecendo o planejamento estratégico dinâmico e a análise dos índices criminais de cada região. Por fim, cabe lembrar que a SSP liderou a discussão sobre o combate a este tipo de crime com outras instituições como a Febraban, o Exército e a União. Dentre as medidas, há a decisão do Exército de obrigar as empresas a terem escolta privada para evitar o extravio de dinamite e o mapeamento georreferenciado dos caixas eletrônicos para dar maior eficiência ao policiamento", diz o texto.

Fonte: G1

VIGILANTES SOFREM PRESSÃO PATRONAL PARA CANCELAR COTA DE SOLIDARIEDADE NO RS

DENÚNCIA

Frases ouvidas dos vigilantes de diversas empresas no balcão do sindicato:

– "Vim fazer o cancelamento porque o fiscal mandou..."

– "O supervisor disse que eu tenho que cancelar...."

– "Meu líder disse pra eu vir cancelar..."

Os vigilantes de muitos postos estão sendo pressionados por chefetes das empresas, que espalham MENTIRAS e dizem que os vigilantes TEM que cancelar a Cota de Solidariedade Sindical. Mentem que a cota vai ser de R$ 120, 200 ou mais, que vão ser cobrados os retroativos desde fevereiro, etc, etc.

Tudo mentira. Eles não querem que os trabalhadores paguem a cota por dois motivos:

– Para enfraquecer o sindicato com a diminuição de recursos.

– Para deixar os vigilantes DESPROTEGIDOS, sem vínculo nenhum com o sindicato. Assim os patrões vão poder impor escalas, intervalos, pagar a menos, atrasar pagamentos, etc, e os vigilantes que cancelaram não vão ter a quem recorrer.

Recebemos denúncia de uma vigilante de São Leopoldo que foi demitida porque se recusou a cancelar a cota. Só quem ganha com o cancelamento é o patrão!

Os patrões ainda estão tendo o apoio dos pelegos e capachos das empresas, que fazem campanha para que os vigilantes retirem a cota, de apenas R$ 20,68. Não caia nessa armadilha, você vai ficar totalmente desprotegido. Não é o sindicato que vai perder, quem mais vai perder é você. Não aceite pressão e nem mentiras.

Valor da cota: R$ 20,68

– Atrasados: dos sócios não vai ser cobrado nenhum mês atrasados, dos não sócios vão ser cobrados apenas dois meses retroativos, parcelados.

TRABALHADOR SEM SINDICATO É TRABALHADOR INDEFESO. CONTRIBUA, COLABORE PARA MANTER O SINDICATO QUE ESTÁ SEMPRE NA LUTA POR VOCÊ!

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Jacqueline Barbosa

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF